



**PRO CRIANÇA CARDÍACA**  
CNPJ: 10.489.487/0001-71

# Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015



## SUMÁRIO

---

	<b><u>Páginas</u></b>
Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixas	5
Notas Explicativas	6 - 19



**PRO CRIANÇA CARDÍACA**

CNPJ 10.489.487/0001-71

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**EM REAIS**

<b>ENCERRADO EM</b>				
	<u>REF</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> Reapresentado	<u>01/01/2015</u> Reapresentado
<b>ATIVO</b>				
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>14.644.793</b>	<b>8.898.230</b>	<b>9.512.660</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.913.624	3.682.022	5.244.794
SERV. SAÚDE A RECEBER		7.054.279	4.223.777	3.348.956
(-) PROVISÃO DE CRÉDITO LIQ. DUVIDOSA	4	(563.266)	-	-
OUTROS CRÉDITOS		111.292	270.042	75.440
ESTOQUES	5	1.128.864	722.389	843.470
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>54.562.729</b>	<b>55.865.615</b>	<b>56.641.580</b>
INVESTIMENTOS	6	404.761	404.761	400.000
IMOBILIZADO	7	61.351.154	60.744.961	59.708.178
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	7	(7.193.186)	(5.284.107)	(3.466.598)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>69.207.522</b>	<b>64.763.845</b>	<b>66.154.240</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.095.493</b>	<b>4.047.756</b>	<b>3.071.905</b>
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS		3.117.546	1.283.485	456.928
FORNECEDORES		3.094.636	2.113.389	2.020.749
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER		480.487	248.058	191.404
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8	402.824	402.824	402.824
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>735.381</b>	<b>1.123.479</b>	<b>1.543.457</b>
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8	690.740	1.074.198	1.484.159
OBRIGAÇÕES FISCAIS (PARCELAMENTO)		44.641	49.281	59.298
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>61.376.648</b>	<b>59.592.610</b>	<b>61.538.878</b>
PATRIMÔNIO SOCIAL		59.592.610	61.538.878	55.566.282
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		1.784.038	(1.946.268)	5.972.596
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>69.207.522</b>	<b>64.763.845</b>	<b>66.154.240</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Rosa Célia Pimentel Barbosa**  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-68

**Paulo César do Rego Monteiro**  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.572.257-72

**Rodrigo Napolitano dos Santos**  
Contador  
CRC-RJ 107.680/O-0



## PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

#### EM REAIS

	REF	DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM	
		31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
<b>RECEITA BRUTA</b>		<b>42.271.255</b>	<b>27.307.765</b>
<b>SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS</b>		<b>42.271.255</b>	<b>27.307.765</b>
PLANOS DE SAÚDE PRIVADOS		41.329.596	27.026.296
PARTICULARES		941.659	281.469
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>		<b>(6.933.068)</b>	<b>(4.972.411)</b>
(-) GLOSAS HOSPITALARES		(4.964.449)	(3.389.888)
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS		-	(279.607)
(-) IMPOSTOS S/ RECEITAS		(1.968.619)	(1.302.916)
<b>(=) RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>35.338.187</b>	<b>22.335.354</b>
<b>(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES</b>		<b>(32.382.572)</b>	<b>(13.687.333)</b>
(-) CUSTOS DOS SERV. HOSPITALARES E AMBULATORIAIS		<b>(32.382.572)</b>	<b>(13.687.333)</b>
PLANOS DE SAÚDE PRIVADOS E PARTICULARES		(28.391.155)	(8.715.350)
SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS GRATUITOS	9	(3.991.417)	(4.971.983)
<b>(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO</b>		<b>2.955.615</b>	<b>8.648.021</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(13.669.037)</b>	<b>(20.895.347)</b>
(-) PESSOAL ADMINISTRATIVO		(3.791.142)	(12.010.231)
(-) SERVIÇOS CONTRATADOS		(3.427.822)	(5.718.817)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(4.018.361)	(1.381.920)
(-) PECLD		(563.266)	-
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(1.868.446)	(1.784.379)
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>12.066.333</b>	<b>9.769.432</b>
<b>DOAÇÕES E SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS</b>		<b>4.638.675</b>	<b>5.993.058</b>
DOAÇÕES		3.829.297	5.069.192
SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS OBTIDOS	10	809.378	923.866
<b>ISENÇÕES USUFRUÍDAS</b>		<b>5.398.782</b>	<b>3.772.417</b>
COFINS ISENTA	11	1.181.171	904.401
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA ISENTA	11	4.217.611	2.868.016
<b>RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS INCOBRÁVEIS</b>		<b>2.016.395</b>	-
<b>RECUPERAÇÃO DE DESPESAS</b>		<b>12.481</b>	<b>3.957</b>
<b>(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>1.352.911</b>	<b>(2.477.894)</b>
<b>(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>		<b>431.127</b>	<b>591.464</b>
(+) <b> RECEITAS FINANCEIRAS</b>		606.946	740.750
(-) <b> JUROS DE EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS</b>		(169.419)	(107.510)
(-) <b> DEMAIS DESPESAS FINANCEIRAS</b>		(6.400)	(41.776)
<b>(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>		-	<b>(59.838)</b>
<b>(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>1.784.038</b>	<b>(1.946.268)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Rosa Célia Pimentel Barbosa  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-68

Paulo César do Rego Monteiro  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.572.257-72

Rodrigo Napolitano dos Santos  
Contador  
CRC-RJ 107.680/O-0



## PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM REAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	REF	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT PERÍODO	TOTAL
<b>SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2015 - ORIGINAL</b>		<b>55.566.282</b>	<b>3.658.766</b>	<b>59.225.048</b>
RETIFICAÇÃO DE ERROS, REFERENTES A 2014 E/OU EXERCÍCIOS ANTERIORES, IDENTIFICADOS EM 2016	2.1.1.b	-	2.313.830	2.313.830
<b>SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2015 - REAPRESENTADO</b>		<b>55.566.282</b>	<b>5.972.596</b>	<b>61.538.878</b>
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT		5.972.596	(5.972.596)	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT DE 2015		-	651.039	651.039
ADOÇÃO RETROSPECTIVA DE MUDANÇA DE POLÍTICA CONTÁBIL	2.1.1.a	-	(2.460.801)	(2.460.801)
RETIFICAÇÃO DE ERROS, REFERENTES A 2015, IDENTIFICADOS EM 2016	2.1.1.b	-	(136.506)	(136.506)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - REAPRESENTADO</b>		<b>61.538.878</b>	<b>(1.946.268)</b>	<b>59.592.610</b>
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT		(1.946.268)	1.946.268	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2016		-	1.784.038	1.784.038
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>59.592.610</b>	<b>1.784.038</b>	<b>61.376.648</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4

Rosa Célia Pimentel Barbosa  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-68

Paulo César do Rego Monteiro  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.572.257-72

Rodrigo Napolitano dos Santos  
Contador  
CRC-RJ 107.680/O-0



**PRO CRIANÇA CARDÍACA**

CNPJ 10.489.487/0001-71

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

**EM REAIS**

	<b>DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
		<b>Reapresentado</b>
<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>1.784.038</b>	<b>(1.946.268)</b>
(+) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÕES	1.909.079	1.817.673
(+) PECLD	563.266	-
<b>(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT AJUSTADO</b>	<b>4.256.383</b>	<b>(128.595)</b>
<b>(+/-) VARIÇÕES ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO</b>		
SERV. SAÚDE A RECEBER	(2.830.502)	(874.821)
OUTROS CRÉDITOS	158.750	(194.602)
ESTOQUES	(406.475)	121.081
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	1.834.061	826.557
FORNECEDORES	981.247	92.640
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER	227.789	46.637
<b>(=) FLUXO DE CAIXA GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>4.221.253</b>	<b>(111.103)</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(-) AQUISIÇÃO/COMPRA DE INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO	(606.193)	(1.041.544)
<b>(=) FLUXO DE CAIXA GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>3.615.060</b>	<b>(1.152.647)</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
(-) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(383.458)	(410.125)
<b>(=) FLUXO DE CAIXA GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>3.231.602</b>	<b>(1.562.772)</b>
<b>(=) AUMENTO/DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>		
(+) SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	3.682.022	5.244.794
<b>(=) SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>6.913.624</b>	<b>3.682.022</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Rosa Célia Pimentel Barbosa**  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-68

**Paulo César do Rego Monteiro**  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.572.257-72

**Rodrigo Napolitano dos Santos**  
Contador  
CRC-RJ 107.680/O-0



## **PRO CRIANÇA CARDÍACA**

CNPJ 10.489.487/0001-71

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM REAIS**

**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

#### **NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

O PRO CRIANÇA CARDÍACA (**Entidade**) é uma entidade sem finalidade de lucro, constituída como associação, de direito privado, que, de forma continuada, permanente e planejada, presta serviços exclusivamente na área da saúde. Desta forma, as suas finalidades institucionais compreendem a realização das seguintes atividades:

##### **a) Saúde**

- a.1) Promover o atendimento, tratamento médico, cirúrgico e assistencial gratuito de crianças carentes portadoras de cardiopatia;
- a.2) Apoiar a família das crianças a serem atendidas, inclusive com acompanhamento psicológico, se necessário;
- a.3) Desenvolver atividades hospitalares, promover e prestar assistência à saúde no âmbito nacional, ambulatorial, hospitalar e social a todas as pessoas que dela necessitam.

6

Pela abrangência da área de atuação, a Entidade possui os seguintes títulos e certificados:

- i) Título de Utilidade Pública Federal, conforme PORTARIA n.º 1.751 DE 26/05/2009;
- ii) Título de Utilidade Pública Estadual nº 659/2009;
- iii) Título de Utilidade Pública Municipal, conforme LEI n.º 5.242/2011;
- iv) Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo Ministério da Saúde, conforme PORTARIA N.º 64 de 25/01/2013

#### **NOTA 02 – BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

##### **2.1. Base de Preparação**

###### **a) Declaração de Conformidade**

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, além da observância à Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a Entidade declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; relacionados a seguir:



- i. Resolução CFC n.º 750/93 e suas alterações – dispõe sobre os Princípios de Contabilidade;
- ii. Resolução CFC n.º 1.330/11 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil;
- iii. Resolução CFC n.º 1.374/11 e suas alterações – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- iv. Resolução CFC n.º 1.185/09 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- v. Resolução CFC n.º 1.409/12 e suas alterações – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro;
- vi. Resolução CFC n.º 1.255/09 e suas alterações – aprova NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- vii. Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

#### **2.1.1. Retificações de Erros**

Em 2016, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação dos seguintes erros:

##### **a) Adoção de nova prática contábil**

Em 2016, considerando o histórico de grau de liquidez na recuperação de glosas hospitalares, a Direção adotou o reconhecimento da baixa de valores não recebidos por glosas hospitalares no resultado, classificando estes valores como dedução das receitas de serviços.

Desta forma, a fim de manter a comparabilidade dos valores não recebidos por glosas hospitalares, a mudança de prática contábil foi aplicada retrospectivamente, com a reapresentação dos saldos de abertura do período mais antigo apresentado.

##### **b) Retificação de erros**

Em 2016, foram identificados ajustes de exercícios anteriores relacionados, substancialmente, à retificação de erros na determinação da vida útil de imóveis e equipamentos médicos; logo, no reconhecimento da depreciação destes bens.

Ainda, foram identificados ajustes de exercício anteriores relacionados retificação de erros na posição de estoques, no montante de R\$ -37.643,38, e na posição de contas a pagar, no montante de R\$ 19.191,67.





Descrição	31/12/2015			01/01/2015		
	Original	Ajuste	Reapresentação	Original	Ajuste	Reapresentação
<b>Ativo</b>						
SERV. SAÚDE A RECEBER	6.684.578	(2.460.801)	4.223.777	3.348.956	-	3.348.956
ESTOQUES	760.031	(37.643)	722.388	843.470	-	843.470
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(5.204.436)	(79.671)	(5.284.107)	(5.780.428)	2.313.830	(3.466.598)
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>						
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	1.276.150	7.335	1.283.485	456.928	-	456.928
FORNECEDORES	2.201.532	11.857	2.213.389	2.020.749	-	2.020.749
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62.189.916	(2.597.306)	59.592.610	59.225.048	2.313.830	61.538.878

## 2.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. As propriedades para investimento são mensuradas a valor justo.

## 2.3. Moeda funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a ENTIDADE atua.

## 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a ENTIDADE faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## NOTA 03 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último período social, findo em 31 de dezembro de 2016.



### **3.1. Regime de Competência**

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

### **3.2. Segregação de Atividades**

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas considerando a segregação de atividades, no que couber.

### **3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição. Saldos bancários a descoberto decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas-correntes são geralmente considerados como atividades de financiamento similares aos empréstimos. Entretanto, se eles são exigíveis contra apresentação e formam uma parte integral da administração do caixa da entidade, devem ser considerados como componentes do caixa e equivalentes de caixa.

#### **(i) Equivalentes de Caixa – Aplicação Financeira**

Ao final de cada período de referência, a ENTIDADE avalia suas aplicações financeiras pelo valor justo e reconhece as mudanças no valor justo no resultado.

### **3.4. Ativos e passivos financeiros básicos (contas e títulos a receber e a pagar, e empréstimos bancários ou de terceiros)**

A ENTIDADE reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

O ativo ou um passivo financeiro é avaliado pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado.



### **3.5. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A ENTIDADE reconhece montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.

### **3.6. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método de apuração pelo custo médio ponderado.

### **3.7. Propriedades para Investimentos**

As propriedades para investimentos, cujo valor justo pode ser avaliado de forma confiável, sem custo ou esforços excessivos, são avaliadas pelo valor justo a cada balanço com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

Enquanto, a possibilidade de determinação do valor justo não puder ser avaliada de forma confiável, sem custo ou esforços excessivos, considerando a relevância da informação nas demonstrações contábeis, a ENTIDADE permanece avaliando suas propriedades para investimento pelo seu custo.

10

### **3.8. Imobilizado**

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

### **3.9. Redução ao Valor Recuperável**

Em cada data de divulgação, a ENTIDADE aplica o teste de revisão do valor recuperável, para determinar se um item ou um grupo de itens do ativo imobilizado está desvalorizado e, nesse caso, como reconhecer e mensurar a perda pela redução ao valor recuperável do ativo.



### **3.10. Provisões**

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

### **3.11. Apuração do Resultado do Período**

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e; ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

### **3.12. Receitas de Prestação de Serviços**

A receita bruta (faturamento) é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

A Entidade reconhece a receita com a prestação de serviços com base na conclusão do serviço na data do balanço.

11

### **3.13. Doações**

As doações recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado.

### **3.14. Serviços Voluntários Obtidos**

O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

### **3.15. Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenções Fiscais Usufruídas**

A renúncia fiscal relacionada com a atividade é evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

A isenção é um tipo de subvenção governamental. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, o registro da subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.



A imunidade fiscal (CF, art. 150) ocorre de maneira tácita, pela caracterização de entidade sem fins lucrativos. Portanto não havendo a obrigação presente pelo alcance da tributação; o reconhecimento contábil não é efetuado para os impostos afastados pela imunidade fiscal.

O reconhecimento contábil ocorre apenas para os impostos e/ou contribuições sociais isentos de recolhimentos:

- i. Contribuição Previdenciária Patronal; e
- ii. Cofins sobre Faturamento.

### 3.16. Gratuidades Concedidas

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços é reconhecido pelo valor de custo efetivamente incorrido.

### NOTA 04 – PERDA ESTIMADA DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Administração constatou a evidência de perda parcial no valor recuperável dos montantes de faturamento de serviços hospitalares a receber, na data de 31/12/2016.

Substancialmente, a ocorrência de não recebimento se associa às discordâncias nas remessas de faturamento dos serviços hospitalares, encaminhadas às operadoras de planos de saúde. Essas discordâncias são classificadas como Glosas Hospitalares.

O montante de R\$ 563.266 corresponde à estimativa perda de 8% (oito por cento) sobre o faturamento de serviços a receber.

12

### NOTA 05 – ESTOQUES

O saldo dos Estoques em 31 de dezembro de 2016 é composto como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Medicamentos	416.977	226.246
Materiais Hospitalares	663.158	490.388
OPME	48.729	5.755
<b>Total</b>	<b>1.128.864</b>	<b>722.389</b>

### NOTA 06 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

As propriedades para investimento são compostas pelos imóveis destinados a geração de renda de aluguéis.

A Administração observa a seguinte hierarquia para estimar o valor justo:



- i. A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico em mercado ativo. Este normalmente é o preço de compra corrente.
- ii. Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de transação recente para ativo idêntico fornece evidência de valor justo, enquanto não houver mudanças significativas nas circunstâncias econômicas ou significativo decurso de tempo desde a ocorrência da transação. Se a entidade pode demonstrar que o preço da última transação não é uma boa estimativa do valor justo (por exemplo, porque reflete o valor que a entidade pode receber ou pagar em transação forçada, liquidação involuntária ou venda por dificuldade), esse preço é ajustado.
- iii. Se o mercado para o ativo não está ativo, e as transações recentes envolvendo ativo idêntico por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade estima o valor justo utilizando uma técnica de avaliação. O objetivo de usar uma técnica de avaliação é estimar qual seria o preço da transação na data da avaliação em uma troca entre partes não relacionadas, motivadas por considerações normais de negócios.

Considerando que os imóveis foram transferidos em doação para a ENTIDADE e são mantidos para auferição de rendas de aluguéis. Contudo, a Administração não disponibilizou estes ativos para o mercado de locação de imóveis.

#### NOTA 07 – IMOBILIZADO

13

Em 2016, ocorreram a seguintes movimentações de aquisições nos ativos imobilizados.

<b>Bens em Operação - Custo</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Aquisições 2016</b>	<b>31/12/2016</b>
Terrenos	5.811.725	-	5.811.725
Imóveis	41.393.137	-	41.393.137
Instalações	-	23.000	23.000
Máquinas e Equipamentos	541.233	120.611	661.844
Equipamentos de Informática	1.396.146	75.943	1.472.089
Equipamentos de Comunicação	147.205	-	147.205
Móveis e Utensílios	2.976.456	36.955	3.013.412
Softwares	1.001.182	-	1.001.182
Equipamentos Médicos	7.266.689	349.685	7.616.374
Adiant. P/Aquis. Imobilizado	211.187	-	211.187
<b>Total</b>	<b>60.744.961</b>	<b>606.194</b>	<b>61.351.154</b>

Não ocorreram alienações e/ou baixas de ativos imobilizados no período.



<u>(-) Depreciação Acumulada</u>	<u>Taxa Anual %</u>	<u>Depreciação 2016</u>
Imóveis	2	(641.556)
Instalações	10	(575)
Máquinas e Equipamentos	10	(64.714)
Equipamentos de Informática	20	(281.679)
Equipamentos de Comunicação	20	(29.440)
Móveis e Utensílios	10	(290.874)
Softwares	20	(199.074)
Equipamentos Médicos	6,67	(401.166)
<b>Total</b>		<b>(1.909.079)</b>

#### **a) Revisão da Vida Útil**

Na alocação do valor depreciável dos itens de ativo imobilizado, a determinação da vida útil foi revisada, considerando os seguintes fatores:

- i. uso esperado do ativo. O uso é avaliado com base na capacidade esperada do ativo ou na produção física;
- ii. desgaste e quebra física esperada, que depende de fatores operacionais, como, por exemplo, o número de turnos para os quais o ativo é utilizado, programas de reparo e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- iii. obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço resultante do ativo;
- iv. limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos arrendamentos mercantis relacionados.

14

Não houve a necessidade de mudar as estimativas relacionadas às vidas úteis dos ativos imobilizados.

#### **b) Teste de Redução ao Valor Recuperável**

A entidade avaliou a existência de qualquer indicação de que um ativo imobilizado possa estar desvalorizado, não verificando tal indicação. Foram observados os seguintes fatores na avaliação:

- i. Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu sensivelmente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.
- ii. Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.



- iii. O valor contábil dos ativos líquidos da entidade é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo (tal estimativa pode ter sido feita, por exemplo, em relação ao potencial de venda de parte ou de toda a entidade).
- iv. Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de ativo.

## NOTA 08 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O financiamento do BNDES destinou-se à construção do Hospital Pediátrico Pró Criança Cardíaca, com foco no atendimento médico cardíaco e cirurgia cardíaca para crianças carentes, na Rua Dona Mariana, nº 220.

O montante de R\$ 1.093.564 representa o saldo a amortizar em 32 parcelas restantes.

Abaixo, segue as condições contratuais do financiamento BNDES:

VALOR LIBERADO:	2.819.768,97
VALOR UR TJLP:	1,974080
DATA DA LIBERAÇÃO:	21/10/2011
% A.A. TJLP+JUROS:	9,90
QTD. DE PARCELAS:	84,00
AMORTIZ. PRINCIPAL (SAC):	33.568,68

## NOTA 09 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

### 9.1. Gratuidades Concedidas

A mensuração das ações de gratuidades no âmbito da saúde deve ser computada pelo valor do custo praticado. Os custos de prestações de serviços consistem principalmente em mão-de-obra e outros custos com o pessoal diretamente envolvido na prestação dos serviços, incluindo o pessoal de supervisão, o material utilizado e os custos indiretos atribuíveis.

A presença de custos diretos fica configurada toda vez que é possível identificar determinado custo diretamente em cada unidade de serviço ou procedimento hospitalar e ambulatorial.

Podem ser citados como exemplos clássicos de custos diretos no ramo da saúde:

- Consumo de medicamentos, órtese, prótese por conta;
- Consumo de materiais médico-hospitalares por conta/paciente/procedimento;
- Consumo de gêneros alimentícios aplicados na elaboração das refeições separadamente;
- Materiais utilizados em exames;
- Valor de comissões médicas vinculado a cada procedimento, quando for o caso.





## 9.2. Custos do projeto Pro Criança

Os custos do projeto Pro Criança se caracterizam pela apropriação integral de todos os gastos (custos diretos, indiretos e despesas operacionais) aos serviços, conforme método de custeio integral. Estes passam a ter um custo total, pois, além dos custos diretos, absorvem também todos os gastos como custos indiretos.

O serviço prestado é integralmente gratuito, para um público específico, todo esforço (consumo de ativos – gastos) empreendido pelo projeto pode ser considerado como custo: diretos e indiretos.

## NOTA 10 – SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS OBTIDOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Serviço Voluntário – Pessoa Jurídica	248.642	363.130
Serviço Voluntário – Dirigentes Estatutários	560.736	560.736
<b>Total</b>	<b>1.128.864</b>	<b>722.389</b>

A mensuração do serviço voluntário obtido, junto aos membros da diretoria estatutária, considera os mesmos critérios trazidos pela Lei 12.868/2013, prevendo a possibilidade de remuneração bruta num montante até 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal.

## NOTA 11 – ISENÇÕES FISCAIS USUFRUÍDAS

16

### a) Contribuições Previdenciárias

Conforme a portaria Nº 64 de 25 de janeiro de 2013, foi deferido o pedido de concessão do certificado de Entidade beneficente de Assistência Social, na área de saúde, ao Pró Criança Cardíaca, com sede em Rio de Janeiro/RJ.

### b) Contribuições para o financiamento da seguridade social

A COFINS é calculada pela alíquota de 3,0% sobre os serviços de saúde prestados pelo Hospital, e registrado como dedução dos serviços em contrapartida de receita de isenção.

## NOTA 12 – IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

### a) Característica da imunidade

O Pro Criança Cardíaca é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:



1. a Entidade é regida pela Constituição Federal;
2. a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
3. não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
4. não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

#### **b) Requisitos para imunidade tributária**

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 12 do Estatuto Social);
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social);
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 40 do Estatuto Social).

#### **NOTA 13 – RECEITA DE SAÚDE EFETIVAMENTE RECEBIDA**

17

A Entidade busca a comprovação de sua condição de beneficente pela aplicação de percentual da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, nos casos previstos no art. 8º da Lei nº 12.101/2009.

Considerando a ausência de interesse na contratação pelo gestor local do SUS, em 2016, a Entidade observou a aplicação mínima da sua receita em gratuidade na área da saúde.

	<b>31/12/2016</b>
Receita de serviços de saúde a receber no início do exercício	4.223.778
(+) Receita Bruta de serviços de saúde do exercício	42.271.255
(-) Glosas Hospitalares	(4.964.449)
(-) Serviços de Saúde a receber no final do exercício	(7.051.242)
<b>(=) Total da receita efetivamente recebida (Base de Cálculo)</b>	<b>34.479.342</b>

#### **NOTA 14 – COBERTURA DE SEGUROS**

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.



Os seguros têm por objetivo reembolsar, até o limite máximo da importância segurada das quantias pelas quais o Segurado vier a ser o responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresso pela Seguradora, relativas às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência deste contrato e que decorram de riscos cobertos. Em 31 de dezembro de 2016 a ENTIDADE possuía cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

**a) Seguro responsabilidade civil:**

**Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Vigência do contrato: 03/11/2016 à 03/11/2017.

<b>Coberturas</b>	<b>Limite máximo de indenização</b>
Incêndio, explosão e fumaça	5.000.000
Danos elétricos	100.000
Despesas fixas	300.000
Equip. baixa voltagem sem cob	100.000
Equipamentos estacionários	100.000
Responsabilidade civil	100.000
Subtração de bens vidros	30.000
	20.000

**b) Compreensivo empresarial:**

18

**J. Malucelli Seguros**

Vigência do contrato: 27/09/2016 à 27/09/2017.

<b>Coberturas</b>	<b>Limite máx. de indenização</b>
Incêndio, queda de raio, explosão e implosão e queda de aeronaves	100.000.000
Alagamento ou inundação	500.000
Anúncios luminoso	20.000
Danos elétricos	200.000
Derrame d'água ou outra substância líquida de chuveiros automáticos	300.000
Desmoronamento	200.000
Equipamentos elétricos	200.000
Equipamentos estacionários	2.500.000
Interrupção de negócios conseqüente de incêndio, queda de raio, explosão e implosão - período indenitário: 6 meses	5.000.000
Quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos	50.000
Responsabilidade civil danos morais	60.000
Responsabilidade civil estabelecimentos comerciais e/ou industriais	300.000
Tumulto, greve, lock-out e atos dolosos	50.000
Vazamento de tanques ou tubulações	500.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e fumaça	300.000



## NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e equivalem ao seu valor contábil. Os principais instrumentos financeiros da Entidade são:

- Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo;
- Contas a receber de clientes – apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.
- Demais contas a receber e a pagar – são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando aplicável.

Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016.

## NOTA 16 – COMPROMISSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

---

**Pro Criança Cardíaca**  
**Rosa Célia Pimentel Barbosa**  
Diretora-Presidente  
CPF: 174.489.487-68

---

**Pro Criança Cardíaca**  
**Paulo César do Rego Monteiro**  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 007.572.257-72

---

**Rodrigo Napolitano dos Santos**  
Contador  
CRC-RJ 107.680/O-0